

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2004
(Do Sr. Bernardo Ariston)

Solicita informações ao Exmo. Senhor Ministro da Justiça, Dr. Márcio Tomaz Bastos, sobre supostas relações ilegais entre FBI, DEA, CIA, FNS entre outros e a Polícia Federal brasileira denunciadas pelo Senhor Carlos Costa, ex-Diretor do FBI no Brasil, em entrevista à revista Carta Capital nº 283, datada de 24 de março de 2004, intitulada “A Hora Da Autópsia”.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e 115 e 116 do Regimento Interno, que ouvida a mesa, sejam solicitadas informações ao Exmo. Senhor. Ministro da Justiça, Dr. Márcio Tomaz Bastos, a respeito da entrevista concedida pelo Sr. Carlos Costa, publicada no nº 283 de 24 de março de 2004, que traz uma série de fatos ocorridos por três anos no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e por dez meses no Governo Lula, onde diz que a nossa polícia federal trabalha para o FBI, CIA, DEA, NAS e outros Serviços.

JUSTIFICATIVA

Segundo entrevista publicada pela revista Carta Capital nº 283, de 24 de março de 2004, do Senhor Carlos Costa que chefiou o escritório deste organismo norte americano no Brasil, por quatro anos, “*por três anos no governo*

Fernando Henrique Cardoso e dez meses no governo Lula, e na Embaixada dos Estados Unidos acompanhou ações dos colegas da Drug Enforcement Administration (DEA), Central de Inteligence Agency (CIA), US Customs, NAS e outros Serviços, como se autodenominam os agentes secretos, e começa por dizer sem meias palavras:

- A vossa *Polícia Federal* é nossa, trabalha para nós há anos. (...) *Foi comprada por alguns milhões de dólares. (...) Os Estados Unidos compraram a *Polícia Federal*... “*

Na mesma entrevista, fica a suspeita de que pode ter havido gramos telefônicos nos Palácios Alvorada e Itamaraty, solicitações para acompanhamento e monitoramento de entidades religiosas, depósitos de dinheiro em contas de delegados da polícia federal, com o pretexto de financiar as atividades do FBI, do DEA, e da CIA em solo brasileiro, e vários outros comentários que demonstram claramente atividades ilícitas que desrespeitam as leis brasileiras, invadem o território nacional, a fim de manipular, monitorar, influenciar nas decisões do País, colocando em risco a soberania brasileira e pormenorizando nossa nação junto a comunidade internacional que precisam ser investigadas profundamente, para que todos os fatos relatados sejam esclarecidos, a fim de garantir a nossa soberania nacional.

Sala das Sessões, de de 2004.

Deputado BERNARDO ARISTON
PMDB/RJ